

EDUCAÇÃO NO PROJOVEM URBANO: UM ESPAÇO DE DIÁLOGO, REFLEXÃO E EMANCIPAÇÃO.

EDUCATION IN URBAN PROJOVEM: A SPACE FOR DIALOGUE, REFLECTION AND EMANCIPATION.

Vera Lucia Bahl Oliveira¹; Virginia Iara Maistro²; Josiane da Silva Quirino³

¹ Universidade Estadual de Londrina UEL/ (*verabahl@sercomtel.com.br*)

² Universidade Estadual de Londrina-UEL/ (*virginiamastro@uel.br*)

³ Universidade Estadual de Londrina-UEL/ (*josi-quirino@hotmail.com*)

Resumo

O presente artigo propõe contribuir com as políticas públicas de educação no Brasil no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (PJU). O PJU resgata jovens que por diversos motivos se afastaram do estudo e hoje voltam à escola. A proposta pedagógica integra conhecimentos básicos do Ensino Fundamental, orientação para o trabalho e atividades voltadas à comunidade, avança no alcance de escolaridade de jovens uma vez que os conhecimentos não são apresentados isoladamente permitindo maior compreensão dos mesmos. Nos cursos de educação continuada, junto a educadores, foi possível refletir sobre o alcance e resultados do projeto. Neste trabalho são apresentados argumentos e proposições por formadoras que acompanharam os 30 educadores que atuam nas diferentes cidades do Estado do Paraná e as possibilidades para um maior fortalecimento desta prática a contribuir com o melhor desenvolvimento do ProJovem Urbano.

Palavras Chave: Juventude, política educacional, exclusão, educação

Abstract

This article aims to contribute to public policy education in Brazil in the National Youth Inclusion - ProJovem Urban (PJU). The PJU rescues young people who for various reasons withdrew from the study and now back to school. The teaching includes basic knowledge of elementary education, work orientation and activities geared to the community, advancing the achievement of education for young people since the knowledge is not presented separately allowing for greater understanding of ourselves. In continuing education courses, along with educators, we could reflect on the scope and results of the project. This paper presents arguments and propositions by trainers who accompanied the 30 educators working in different cities of Paraná and the possibilities for further strengthening of this practice to contribute to the better development of the Urban ProJovem.

Key words: Youth, education policy, exclusion, education

Introdução

Embora tendo as suas origens no início do século vinte, o conceito de projeto não conquistou um papel relevante na escola, só nas duas últimas décadas esse conceito teria

reaparecido no primeiro caso no plano das idéias e preocupações educativas, e em segundo plano para auxiliar situações emergentes no sistema educacional.

Abrantes (2005) argumenta que:

No terreno educativo, a atualidade dos projetos é bem evidente. Desde o início dos anos 90, os projetos interdisciplinares da área escolar, os projetos profissionais como modalidade de formação de professores ou os projetos educativos de escola foram sendo utilizados de modo crescente no nosso discurso.

Na perspectiva educacional, os projetos podem ter várias denominações como: metodologia de projetos, metodologia de aprendizagem por meio de projetos, projeto educativo, projeto pedagógico, pedagogia de projetos, projetos de trabalho, e tantas outras que podem ser observadas tanto na literatura como nos discursos. Por apresentar várias conotações, a sua utilização assume por vezes alguma ambigüidade. Em algumas situações ele está associado a uma intenção ou a um desígnio, independentemente da sua concretização. Em outras situações, o sentido dominante é o de um esquema, um plano ou um programa. Mas o que se nota é a presença de ambos os aspectos em maior ou menor grau e de modo mais ou menos explícito.

Se valendo da estratégia de projetos o Governo Federal Brasileiro criou o projeto denominado de PROJOVEM. O Programa Nacional de Jovens (Projovem) surgiu, na sua primeira versão, em 2005. Na mesma época em que foi criada a Secretaria Nacional de Juventude, que integra a Secretaria Geral da Presidência da República e o Conselho Nacional de Juventude, foi estruturado para atender a uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, que é a dimensão da inclusão, contemplando os 4,5 milhões de brasileiros de 15 a 29 anos que não terminaram o ensino fundamental, que estão fora da escola e do mercado de trabalho, e sem direito a uma vida cidadã e digna.

O ProJovem Urbano entrou em vigor em 2008, passando a atuar com a modalidade ProJovem Urbano (o antigo ProJovem original, executado pela Secretaria Nacional de Juventude). Uma das finalidades deste projeto é a qualificação profissional, com certificação de formação inicial, possibilitando aumentar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, pois, de acordo com o cadastro no SIGAE (Sistema Integrado de Gestão de Ações de Emprego), a maioria das pessoas encontra dificuldades de colocação devido à falta de ensino básico e qualificação. Por meio de convênios com as prefeituras das capitais, o ProJovem oferecerá aos jovens, durante um ano, chance de aceleração de aprendizagem (para conclusão da 8ª série), inclusão digital e qualificação profissional básica.

Uma das finalidades deste projeto é a qualificação profissional, com certificação de formação inicial, possibilitando aumentar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, pois, de acordo com o cadastro no SIGAE (Sistema Integrado de Gestão de Ações de Emprego), a maioria das pessoas encontra dificuldades de colocação devido à falta de ensino básico e qualificação.

Os projetos, exemplo do Projovem tem em sua prática educativa de ensino/aprendizagem, a mobilização do estudante para desenvolver por meio de investigação de um tema ou de um problema, a vinculação da teoria e da prática. O currículo do Projovem é desenvolvido seguindo os seis eixos temáticos: Unidade Formativa I - Juventude e Cultura, II Unidade formativa II Juventude e Cidade; Unidade Formativa III Juventude e trabalho; Unidade Formativa IV Juventude e Comunicação; Unidade Formativa V Juventude e Tecnologia; Unidade Formativa VI Juventude e Cidadania.

Assim, cada Unidade Formativa constrói-se em torno de um eixo estruturante que funciona como tema transversal, ou seja, orienta a seleção final dos conteúdos e sua organização em tópicos. Cada componente curricular enfoca o eixo estruturante com o olhar da disciplina ou campo de conhecimento correspondente, de modo a criar um ambiente pedagógico favorável à construção de noções fundamentais e ao desenvolvimento de habilidades básicas. Não existem limites de conteúdos isolados como no modelo de currículo disciplinar. As ciências são realmente ensinadas e propostas de maneira interdisciplinar. Esta metodologia de trabalho tem se destacado de forma cada vez mais incisiva nos discursos educacionais. Surge da necessidade de desenvolver uma metodologia de trabalho pedagógico que valorize a participação do educando e do educador no processo de ensino/aprendizagem, tornando-os responsáveis pela elaboração e desenvolvimento de cada projeto.

No desenvolvimento dos cursos de formação continuada, era evidente a dificuldade dos educadores em vincular a teoria e a prática das diferentes áreas do conhecimento que fazem parte do currículo exposto nos livros do PJU. Os educadores buscavam suas referências disciplinares para iniciar o trabalho. Esta dificuldade em vários momentos se constituiu em verdadeira resistência dos educadores em trabalhar interdisciplinarmente os temas propostos. Assim, foram trabalhadas diferentes dinâmicas de grupo com objetivos focados em vencer estas resistências, promovendo a integração destes, se constituindo em condição indispensável ao processo ensino/aprendizagem. Outra dificuldade que os educadores apresentavam estava atrelada a própria característica do PJU como projeto (programa) de ensino. Este é desenvolvido num espaço escolar, mas não faz parte da escola no sentido físico e administrativo. Os alunos são atendidos por eles tanto na dimensão de ensino como nas dimensões de coordenação pedagógica, orientação educacional entre outras. Cabe aqui esclarecer melhor como o PJU foi desenvolvido durante este trabalho.

Inicialmente a Secretaria do Estado da Criança e da Juventude fez uma parceria com nove das Universidades Estaduais para mobilizar formadores com experiência na área de educação de jovens para atuarem como apoio didático pedagógico aos educadores que atuaram nas diferentes cidades onde o PJU foi oferecido. Nos municípios algumas escolas foram contatadas para disponibilizar espaço e acolhida ao atendimento dos jovens matriculados pelo sistema do PJU numa parceria das prefeituras e secretaria estadual. Estes jovens foram distribuídos em número para as classes que seriam locadas nas escolas parceiras. As escolas cederam salas de aula e laboratórios de informática para que os jovens matriculados no PJU pudessem vivenciar os dois anos do programa nestes locais.

Note-se que os professores das escolas regulares ao se encontrar com os educadores do projeto também manifestaram ‘certas inquietações’ pois, não conseguiam ter uma leitura sobre esta oportunidade que estava sendo oferecida a estes jovens que já haviam sido eliminados do espaço escolar por motivos outros. Alguns manifestaram reações bastante acentuada de rejeição considerando que agora tinha que aceitar a presença de alguns dos jovens que foram colocados para fora do sistema porque não tinham “perfil adequado para dela participar” (Prof^a 1).

Embora, muitos dos professores que atuam nas escolas rejeitassem o trabalho do PJU que ora começava ser realidade nos ampamos nas reflexões dos autores, Fagundes e Álvarez (apud BAFFI, 2002) e Gadotti (apud VEIGA, I, 2001, p. 18); “projeto é uma atividade natural, intencional e indispensável no mundo contemporâneo que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir significados, representando o laço entre o presente e o futuro, se firmando como uma marca da passagem do presente para o futuro”. Ainda, Boutinet (2002, p.77-78), argumenta que um projeto “por meio da identificação de um futuro desejado e dos meios para fazer com que aconteça, estabelece certo horizonte temporal no

interior do qual evolui, no presente, e estabelece uma perspectiva para o futuro que deseja”. Assim, um projeto elaborado para escolaridade e formação de jovens pode permitir a ordenação e estimativa antecipadas dos meios para chegar a um fim preestabelecido.

Outra questão que se põe é se o acesso e a frequência à escola são suficientes de garantir a aquisição de habilidades necessárias à vida cotidiana dessas pessoas, de forma a torná-las aptas a realizarem suas atividades e se desenvolverem como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Em relação ao dito anteriormente acreditamos que - projetar significa tentar ‘mudar o modelo para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada um contém de estado melhor do que o presente. Quando é educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Numa tentativa de ‘quebrar’ o modelo de formação acadêmica centrado no desenvolvimento de conteúdos pelo professor, permitindo que o aluno participe do processo ensino aprendizagem de maneira dinâmica, na metodologia dos cursos de formação foram também usados vídeos, CDs, apresentando situações de desafios ao professor, mas que permitiam uma reflexão da prática.

Os conteúdos apresentados nos livros do PJU, tanto na formação específica quanto na formação profissional, requerem um olhar do professor para compreender como as estruturas se organizam e se integram e para a sua compreensão eles não podem ser trabalhados isoladamente. O significado dos temas propostos exige uma ressignificação orientada pelo educador que acompanha o processo ensino/aprendizagem. Neste sentido, as atividades de dinâmicas de grupo e as reflexões, após a exibição dos vídeos e CDs, se constituíram em recursos auxiliares a promover a ressignificação de conceitos que os professores apresentavam no início dos trabalhos junto ao PJU. A continuidade desta metodologia pelas formadoras nos cursos de Formação Continuada promoveu a reflexão dos educadores que, em consequência deste trabalho, aprenderam a importância da ressignificação de conceitos e fatos que teriam que transpor a prática na realidade de ensino com os jovens do PJU.

Tendo em vista que, os princípios da proposta pedagógica do Projovem Urbano implicam numa relação pedagógica de mão dupla, e que não é apenas o professor que ensina para o aluno aprender. Neste caso a proposta orienta para que ambos troquem saberes (conhecimentos) permitindo que ambos aprendam e ensinem. Não podem ser desconsideradas as experiências e concepções que cada um tem a contribuir, é importante que as trocas aconteçam e estejam buscando interagir com os temas propostos pelos temas dos livros e situações do contexto. Abrantes (2005), um projeto necessita em uma “situação rotineira ou em um problema de resposta rápida; almeja alcance de objetivos a médio ou a longo prazo que envolve uma situação complexa e requer planejamento e desenvolvimento de um conjunto de estratégias e ações adequadas” e que implica:

[...] um trabalho de equipe, ao longo de tempo mais ou menos prolongado, e muitas vezes está associado à idéia de cooperação interdisciplinar. O reconhecimento da complexidade dos grandes problemas e da necessidade de os abordarmos de um modo intencional e organizado; é uma forte característica do nosso tempo, nos mais diversos campos de atividade (ABRANTES, 2005).

Parece interessante citar o que Machado (1997, p. 72) comenta sobre a educação brasileira no contexto que antecedia à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996:

A ausência de um projeto coletivo faz necessário à elaboração de uma carta de princípios gerais, uma espécie de tábua de valores fundamentais,

amplamente acordados com as entidades representativas da sociedade, sublinhando os valores maiores que deveriam orientar os projetos e as ações educacionais.

No Projovem urbano temos que considerar situações que motivem o jovem a se inserir no trabalho, pois, estes estavam afastados dos bancos escolares há algum tempo por diferentes razões, entre estas a exclusão deste pelo próprio sistema escolar. Ao retornar ao ensino ele precisa sentir que a proposta traz algo diferente e que é possível chegar aos resultados obter a sua certificação no Ensino Fundamental e iniciação ao trabalho. É fundamental o papel do educador neste momento, cabe a ele rever a prática, planejar as atividades que promovam a inserção destes, atingindo diferentes dimensões do ser humano, dando aos alunos espaço para participar da construção destes conhecimentos.

Conforme Álvarez (2004, p. 15), destaca o educador necessita refletir que o ensinar e o aprender numa sociedade heterogênea e multicultural a diversidade é um fato normal e inevitável; e a escola, como garantia de um futuro promissor, necessita estar preparada para educar na diversidade, isto é, com tolerância e respeito à idiosincrasia dos indivíduos e dos grupos que a compõem. Esse fato torna a “escola pública um espaço social complexo, aberto e educativo para os jovens cidadãos que nela se socializam e aprendem a conviver”.

No entanto, estes fatores nem sempre são valorados na escola, uma vez que pela própria história de colonização do Brasil, não temos alunos com as mesmas características sejam elas físicas, sociais, culturais, entre outras.

O reconhecimento das diversidades se faz também com a abertura ao diálogo, com uma negociação dos significados, com disponibilidades de todos os envolvidos no sentido da aceitação e convivência harmoniosa com as diferenças, com as contrariedades, com as complementaridades; com coerência entre o discurso e a ação, com associação necessária entre direitos e deveres, entre exercício de poderes e o comprometimento com as responsabilidades e com a aprendizagem do exercício da autoridade sem ser autoritário.

Louro (1999, p. 36-37) ao se referir sobre a escola e o atendimento a diversidade ressalta que “a diferença é sempre estabelecida a partir de um dado lugar e acaba assumindo todo o espaço ocupando assim, o centro”. É possível compreender que a diversidade se configura de diferentes maneiras e “posições do sujeito: gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, podem estar – e estão – comprometidas com as relações de “poder”, constituindo-se em motivo de disputas de espaços fragilizando muitos que almejavam alcançar determinadas metas”.

Há que se considerar também que o espaço onde os jovens alunos do PJU vão temporariamente conviver se constituiu em uma grande experiência de socialização, de convívio com as diferenças, de todos os tipos e em todos os níveis; e é onde, muitas vezes, o adolescente forma seu grupo, convive com outros adultos, identifica outros modelos de referências, tanto no sentido positivo quanto no negativo e é aí, com tantas diversidades, que o adolescente se prepara para lidar com situações adversas com que se defrontará durante a sua vida. A partir do momento que a escola se dispõe a conversar a respeito das diferenças, com certeza vai ajudar as pessoas que fazem parte dela a ampliar sua percepção e compreensão em relação às outras.

O educador poderá de acordo com as necessidades de auxiliar os seus alunos projovens a se inserir no contexto escolar explicar como se organiza a estrutura deste local onde ele participará durante o período de curso do PJU. Neste espaço há a necessidade de composição de diferentes pessoas para desempenhar as diferentes funções no âmbito escolar para propiciar aos alunos o desenvolvimento de capacidades, tais como, ouvir, negociar,

ceder, participar, cooperar, perseverar e, desenvolver autodisciplina e responsabilidade, que são atitudes fundamentais na vida das pessoas. Poderão, também, levar as pessoas que fazem parte do contexto escolar, a entender, a valorizar e a conviver na diversidade, pois quanto mais heterogêneo for o grupo, mais abrangente será a aprendizagem. Aprendendo com as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, sensoriais, cognitivas, econômicas, entre outras, evitam-se atitudes discriminatórias que levam a limitar as possibilidades de enxergar e aproveitar as capacidades das pessoas; pois sabemos que tais atitudes têm conseqüências restritivas para o indivíduo, para o grupo e para a sociedade.

As diversidades encontradas na escola dão sentido ao projeto educativo, neste caso especialmente do Projovem por lhes permitir desempenhar um papel fundamental como instrumento na tomada de decisões. As heterogeneidades consentirão que a escola (os educadores) as harmonize mediante projetos que funcionam como referências para todas as categorias, proporcionando à escola a identidade e o estilo próprio de que ela tanto precisa (ÁLVAREZ, 2004, p. 16).

Cada sujeito é, ao mesmo tempo, muitas “coisas”, tem muitas identidades: de classe, de etnia, de religião, de nacionalidade, de geração, de gênero, etc. e os modos como se articulam essas identidades também são múltiplos. No entanto, apesar dessa multiplicidade de posições, não há como negar que nossas escolas são muito pouco acolhedoras para todos aqueles e todas aquelas que não se ajustam aos padrões ditos normais.

Estas razões, enfocadas pelos diferentes autores e proporcionadas pelos pesquisadores educacionais apresentados anteriormente, auxiliam na justificativa e necessidade de se elaborar projetos mais próximos das necessidades reais do contexto nacional brasileiro e desenvolvê-los como no modelo que se configura o projeto Projovem. O desafio de construir um projeto que atendesse as diferenças, os excluídos e que ao mesmo tempo trouxesse uma motivação aos jovens, articulando conhecimentos do ensino fundamental, qualificação inicial e experiências de participação cidadã se explicita na proposta pedagógica do Projovem, hoje reestruturado em Projovem Urbano.

De acordo com Pereira (2005), trabalhar com projetos não é apenas um jeito especial para transmitir aos alunos o conteúdo das disciplinas, “significa de fato uma mudança de postura, ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola, ser construído continuamente, uma forma de repensar a prática pedagógica e as teorias que lhe dão sustentação”. O projeto facilita a ação no desenvolvimento da atividade, a participação efetiva do aluno no seu processo de produzir fatos sociais, de trocar informações com o outro e desenvolver competências, permite a formação de alunos autônomos, conscientes, reflexivos e participativos.

Com a criação do ProJovem, do Conselho Nacional da Juventude e da Secretaria Nacional da Juventude, o Brasil passa a contar com uma política nacional de juventude voltada para uma população de mais de 34 milhões de pessoas, de 15 a 24 anos de idade. "O ProJovem é um programa também de educação que inova do ponto de vista de pedagogia, tem um novo formato e ao MEC (Ministério de Educação e Cultura), caberá a parte educacional, conveniar com estados e entidades sem fins lucrativos, para atrair os jovens com um estímulo pecuniário para que voltem aos estudos", explicou Fernando Haddad. A seu ver, é um programa bem-integrado, inovador em todos os aspectos (MEOG, 2008).

POLÍTICAS VOLTADAS AO ATENDIMENTO DE JOVENS EXCLUÍDOS

Tratar da inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania tem sido assunto de pauta de diferentes grupos de especialistas. No ano de 2005,

como ação integrante da Política Nacional de Juventude lançada pelo governo federal, foi criado o Projovem. O Programa caracterizou-se como emergencial, atendendo um segmento de jovens que necessita chegar ainda jovem no final da escolaridade do Ensino Básico, baseado numa proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem que permitem articular o ensino fundamental, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária.

No sentido de avaliar a situação de escolaridade dos jovens brasileiros a Secretaria Geral da Presidência da República desenvolveu uma pesquisa com dados que revelaram o seguinte quadro: um em cada cinco jovens com idade entre 19 e 25 anos que vivem na região urbana, não completou o Ensino Fundamental. Entre os jovens "excluídos", há ainda um montante significativo de jovens analfabetos, quantificado em aproximadamente 813,2 mil PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Uma das razões deste número de jovens fora do contexto escolar decorre da própria Escola enquanto instituição responsável pela escolaridade, espaço este que necessita ser socialmente mais inclusivo, ser construído como um espaço culturalmente mais significativo. Segundo Beto Cury, secretário nacional da Juventude "Há uma rejeição brutal à escola normal. O modelo de escola regular no Brasil está sendo repensado, o que tem sido uma preocupação do Ministério da Educação. Um dos problemas da escola regular no Brasil é excluir essa parcela de crianças e de jovens", no olhar da professora Stella Bortoni (2008) "Hoje pelo menos temos consciência do tamanho do problema. Neste sentido será preciso uma mobilização da sociedade e uma escola que seja atraente e que alfabetize de verdade, além de uma mobilização na formação de professores".

Com a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com a implantação da Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude, e órgãos colegiados integrante da estrutura básica da Secretaria Geral da Presidência da República, constituída de representantes de diferentes instancias representativas tanto governamentais quanto não governamentais foi instituída a partir de 2005, por medida provisória nº 238, de fevereiro de 2005, transformada em Lei 11.129, de 30/06/2005 a Política Nacional do Governo Federal reconhecendo os direitos e capacidades dos jovens e ampliação da participação cidadã destes.

Assim, a partir do ano de 2008, o Governo Federal implantou um Programa reestruturado, voltado especificamente ao atendimento dos jovens com faixa etária entre 19 e 29 anos, denominado de Projovem Urbano para os 71% excluídos, (6,4 milhões) que estão nas zonas urbanas e Projovem Rural outros 29% (2,6 milhões) na parte rural(BRASIL,2001) O Projovem Original tinha como limite a idade mínima 15 anos, portanto houve uma modificação para a faixa etária passando para idade mínima 19 anos e máximo 29 anos, faixa maior em relação ao recorte da estimativa, o governo anunciou a meta de atender 4,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos até 2010. O auxílio viria por meio do Projovem, programa de qualificação profissional e de reinserção dos jovens nos meios de educação.

O Paraná já tinha iniciado a implantação do Projovem na capital sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Curitiba e em outras cidades paranaenses com mais de 200.000 habitantes. No ano de 2008, a Secretaria da Infância e da Juventude Paraná, em parceria com as Universidades Estaduais, e professores formadores destas instituições estendeu a mais 19 municípios paranaenses o Projovem Urbano para atender jovens de municípios que estivessem sem conclusão do Ensino Fundamental.

Nesse sentido o Estado em parceria com o governo Federal tem proposto políticas educacionais para a juventude, voltadas à formação dos jovens para o mundo do trabalho, numa tentativa de resgatar uma dívida por conta do modelo de ensino tradicional ou por causa de outros motivos se viram desestimulados a continuar e concluir seu aprendizado. O

ProJovem Urbano é um dos programas criados, por esta política educacional, que visa resgatar estes alunos que não deram seqüência a seus estudos em outros períodos.

O PROJÓVEM URBANO NO PARANÁ

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem Urbano (PJU) se constitui como política pública cuja pretensão é socialmente incluir os jovens pela via da educação, instituída pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. A orientação dessa proposta define em seus objetivos a valorização da educação básica para formar trabalhadores, conforme ilustrado no trecho extraído da referida Lei:

Fica instituído, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (Art. 1º, Lei 11.129, de 30 de junho de 2005).

A proposta do currículo do Projovem apresenta-se textualmente nos objetivos do mesmo com vistas a promover o “desenvolvimento integral” dos jovens, sendo privilegiados os aspectos voltados para a formação humana e o desenvolvimento de um plano de ação comunitária, com a participação dos jovens, propondo-se ao favorecimento do protagonismo juvenil. Neste sentido é possível favorecer o desenvolvimento das habilidades e valores de solidariedade e cooperação para a inserção destes no mundo do trabalho e intervenção na realidade local (PIRES 2009).

O Programa se estende desde o ano de 2005, tendo continuidade na forma de Política Pública para a Juventude. Assim, essa proposta se vincula ao preconizado pelo Plano Nacional de Juventude, fruto de Conferências e debates travados no País em junho de 2004, cuja proposta está em erradicar o analfabetismo da população juvenil; garantir a universalização do ensino médio, público e gratuito; oferecer bolsas de estudo e alternativas de financiamento aos jovens com dificuldades econômicas; incentivar o empreendedorismo juvenil; ampliar a cobertura do primeiro emprego; promover atividades preventivas de saúde; favorecer o lazer e estimular o desporto, a cultura e a inclusão digital dos jovens dentre outras ações (PIRES, 2009)

O ProJovem Urbano definiu como seu público potencial os jovens entre 19 a 29 anos de idade que cursaram, pelo menos a 4ª série mas não concluíram o ensino fundamental. A análise do perfil dos jovens atendidos parece ser necessária para evitar obstáculos à sua inserção no programa. Evidentemente essa decisão deve ser acompanhada de medidas pedagógicas e administrativas que viabilize o reforço de habilidades básicas de leitura e facilitem a compatibilização entre as atividades de estudo e o trabalho. Esses alunos caracterizam-se por serem trabalhadores autônomos, desempregados, donas de casa, mães e pais de família, inseridos numa ordem de situações diferenciadas, acirradas pelo aprofundamento da questão social (SALGADO, 2008).

Em face de tal realidade, evidenciamos que a evasão escolar constitui característica da vida desses egressos, os quais, por motivos diversos - como necessidade de trabalhar cedo para sustentar a família, gravidez na adolescência, desinteresse em relação aos estudos, problemas familiares, etc. - foram obrigados a interromper os estudos precocemente. Assim, é imperativo evidenciar, as condições sob as quais os jovens trabalhadores inseridos nesse programa vivenciam a educação como “direito” peculiares ao seu estado histórico de classe.

Assim, a busca de superação desse quadro, dentro dos limites da sociabilidade do capital, se reflete nos esforços envidados para ampliar o acesso à educação formal da grande massa dos menos favorecidos socialmente, conforme evidenciado nesse modelo de escolarização (PIRES, 2009).

É oportuno salientar, portanto, o fato de uma “Educação para Todos”, universal e democrática, teria que pressupor não somente a ampliação do acesso à escola, como também a garantia de permanência do educando em sala de aula e de melhores condições da formação ofertada, esta recomendação é do século passado uma vez que no Encontro de Educação Ambiental, realizada em Dacar, no Senegal em 2000, este compromisso foi selado pelos que ali estiveram colocando o empenhamento de todos na *Educação Para Todos* determinando aos países que até 2015 todas as crianças e jovens deveriam ter acesso a educação básica gratuita e de boa qualidade (GOMES, 2009).

PROFESSORES EM FORMAÇÃO CONTINUADA COM ALUNOS DO PROJovem

Os educadores inseridos através de concurso anterior específico para atuarem no Projovem Urbano exigiram nos pré-requisitos conhecimentos das áreas específicas, conhecimentos em informática, mencionando que cada um teria que estar ciente que em alguns momentos do trabalho de docência estes poderiam assumir funções específicas não apenas na sua área de formação, mas atuariam na escolaridade do Ensino Fundamental. Estes teriam que possuir conhecimentos básicos para poder transitar nas diferentes áreas de conhecimento uma vez que ora atuariam como orientadores de turmas, ora auxiliariam na recuperação de conhecimentos (conteúdos) das diferentes áreas.

Dentro da política da proposta pedagógica do material elaborado para atender alunos do Projovem são previstos os momentos de formação continuada tanto aos Formadores como aos Educadores e Profissionais que desenvolvem os conteúdos de qualificação profissional inicial (denominado como momentos de POP) e experiências de participação cidadã (denominados como momentos do PLA). Assim, há uma necessidade contínua de Formação Continuada (FC) para antes de se colocar na prática de ensino há uma necessidade emergente de se planejar as ações que serão executadas. Para isso, os Formadores precisam selecionar recursos, metodologia a ser desenvolvida com os educadores que estarão à frente do PJU. Os educadores necessitam se despir do modelo de sua formação presos a formação acadêmica centrada na transmissão de conhecimentos para desempenhar os diferentes papéis (orientador da aprendizagem, gestor de seu trabalho, integrante de uma equipe de educadores) que precisam desenvolver competências para atender alunos egressos de diferentes realidades e diferentes necessidades.

Nos momentos da FC antes do desenvolvimento do planejamento das aulas; diferentes provocações foram trabalhadas para auxiliar os professores a reflexões sobre a sua prática, não meramente como especialistas. Os recursos utilizados na FC, que antecede o início do trabalho com o material do PJU foram desenvolvidas dinâmicas de grupo, produção de material (textos, modelos), reflexões sobre os filmes assistidos entre outros. Inicialmente aos trabalhos da FC era possível diagnosticar as dificuldades que os professores apresentam na sua prática pedagógica, fato compreensível decorrente desta formação pautada na Racionalidade Técnica, que produziu uma grande separação ou distanciamento entre pensamento/ação, teoria/prática, formação acadêmica/contexto cotidiano, cultivando as dicotomias deste século. Os procedimentos de estudo e investigação devem, no entanto, propiciar a produção e troca de significados, sejam quais forem seus veículos de transmissão e trocas no espaço da sala de aula (OLIVEIRA, 2000).

Outro aspecto importante, que o educador necessita compreender que as turmas do Pro Jovem Urbano apresentam perfis distintos, sendo algumas turmas bastante comunicativas e outras muito retraídas, dessa forma exigem prontamente a opção de metodologias e abordagens diferentes, buscando explorar a melhor característica de cada uma destas turmas para atender os diferentes alunos.

Os educadores durante as atividades de formação mencionavam sempre que durante as aulas é possível avaliar as dificuldades dos alunos entre estas à ortografia aparece em maior escala; diversas palavras simples tornaram-se extremamente complexas. Para tentar amenizar a situação eles constataram a necessidade de optar por estratégias que atendessem estes estudantes que necessitavam alcançar pré-requisitos para se inserir no programa.

Neste aspecto, a proposta pedagógica do PJU está muito clara, sempre que o professor educador sentir necessidades especiais a serem implementadas que ele as faça. Nas orientações do livro do professor é possível escolher textos mais adequados ao interesse e necessidades destes alunos. Há sugestões no material didático do professor para que se opte em exercitar a prática da escrita e leitura com textos que retratam o cotidiano do aluno, como por exemplo, utilizando letras de músicas, entre outras.

A leitura do material produzido ao professor (manual do professor) permitiu aos professores em Formação Continuada desenvolver reflexão de sua prática de ensino, calcada no modelo de formação de professores, de Schön (1998) relacionado a uma nova epistemologia da prática do profissional que se incluem no chamado pensamento prático: o conhecimento na ação. Esta etapa é importante momento de aprendizagem permanente/continuada que constitui a formação profissional. Estes três processos compõem o pensamento prático do professor, nenhum deles pode ocorrer sozinho ou independente, nem pode ser considerado suficiente para explicar uma intervenção eficaz. Na verdade eles se complementam para assegurar uma intervenção prática racional (SACRISTÁN, 1996).

A leitura e análise do material didático elaborado pela Fundação Darci ribeiro, ao Projovem Urbano traz nos seus objetivos a eficácia do programa em relação à proposta pedagógica; que busca oferecer oportunidade aos jovens para que estes experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e que ao mesmo tempo se re-posicione quanto a sua inserção social e profissional. O material coloca o professor numa prática de reflexão constante: no conhecimento da ação, reflexão e a *posteriori na reflexão da ação na ação*. porque esta em itálico??

Na avaliação do material é evidente que os textos presentes nos livros dão grande importância aos jovens como protagonistas da cidade como espaço educativo. Diferentes atividades são sugeridas que podem promover a participação dos estudantes. Consta-se o comprometimento da proposta pedagógica do ProJovem não apenas na sua elaboração mas na organização do material didático que se encontra presente nos livros didáticos. Os conteúdos apresentam-se integrados nas diferentes áreas do conhecimento, o desenvolvimento das atividades propostas permite o estabelecimento da interdisciplinaridade e contextualização dos temas. Fato que exige que o professor opte por uma metodologia diferenciada voltada ao atendimento destes estudantes que foram excluídos, do sistema escolar vigente no ensino formal.

O trabalho com estes jovens que por motivos diversos abandonaram os estudos e agora têm outra oportunidade de voltar à escola, é um trabalho especial e deve ser feito com muito empenho e entusiasmo. O contato com estes alunos, também é de fundamental importância para a formação de educadores, já que estes se deparam com uma realidade diferente da encontrada nas escolas de ensino básico-formal. Estes estudantes são detentores de

experiências particulares em suas vidas e neste momento estão vivenciando momentos de esperança e de grande expectativa.

O material (livros) elaborado para o Projovem Urbano reúne conhecimentos integrados com uma linguagem e temas mais próximos de suas realidades de vida e de trabalho; ele foi construído para um público que é detentor de muitos conhecimentos não formais que pode construir conhecimentos a partir do resgate do contexto, mas principalmente trabalhando exemplo da realidade que este vive e trabalha. Durante a Prática de Ensino ficou evidente que os alunos do PJU, anseiam por aulas diferenciadas, mais dinâmicas, fato constatado no desenvolvimento das atividades de ciências quando estas eram apenas abordadas oralmente, e o grande interesse deles quando eram utilizados diferentes recursos áudios-visuais na aula de videomicroscopia.

Inicialmente, apareceram dificuldades significativas em relação ao olhar dos educadores durante a elaboração de um plano de aula; pois, estes estavam preparando focados à realidade da turma de jovens que estiveram afastados da escolaridade e que precisavam encontrar na proposta razões que os motivasse a permanecer no processo. A preocupação durante a elaboração do planejamento estava em adequar não apenas os conteúdos, mas organizar a linguagem, as imagens para dar significado aos temas que seriam abordados.

Outro aspecto extremamente relevante de ser considerado na aula estava na situação diferenciada aos quais os jovens se encontram em relação aos conhecimentos adquiridos nas séries do ensino fundamental regular, muitos dos quais, já se mostram desmotivados para o ensino. Entretanto, o que inicialmente parecia ser um problema não aconteceu, uma vez que os aprendizes se mostravam extremamente interessados em aprender.

Considerações Finais

O Projovem pode ser considerado um programa muito interessante por resgatar os alunos que por diversos motivos deixaram os seus estudos. Este, como todo programa, também necessita de ajustes e um maior desenvolvimento, tendo um grande potencial futuro. A restrição do programa em municípios que não atingiram 200.000 habitantes pode ser um fator que contribui para o não atendimento de jovens que não concluíram o Ensino Fundamental. O programa deveria ser entendido a menores municípios que apresenta necessidade de escolaridade, mesmo que tenha um número populacional menor que 200.000 habitantes.

As mudanças na formação de professores assinalam sobre a necessidade de melhorias na qualidade e na motivação dos professores, recorrendo a competências pedagógicas diversas e diversificadas, bem como a qualidades humanas tais como autoridade, paciência e humildade, para atender a tantas diversidades encontradas no âmbito escolar.

Outro fator importante que vale a pena salientar é o papel da Universidade dentro da sociedade. A Universidade deve participar de forma mais atuante na comunidade externa, proporcionando atividades que desenvolvam a cidadania, e não apenas ficar no isolamento da produção acadêmica de seus professores, deixando seus alunos isolados desta outra realidade. Esta barreira deve ser transposta, possibilitando o acesso de pessoas da comunidade externa adentrarem ao espaço interno da comunidade universitária, ou seja há uma necessidade de promover a interação da sociedade no dia-a-dia da Universidade, contribuindo com o desenvolvimento da mesma.

Referências

ABRANTES, P. **Trabalho de projeto na escola e no currículo.** Disponível em http://www.malhatlantica.pt/curriculo/nova_areas_curric.htm. Acesso em: 3 mar. 2005.

BOUTINET, J. P. **Antropologia do projeto.** 5 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – Lei Nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BORTONI, S. **O Professor Pesquisador: Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 4º edição. São Paulo – SP Editora Parábola, 2008.

FÉRES, M. J. V. et al. **Textos Complementares para Formação de Gestores: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano.** Brasília, 2008.

GOMES, CANDIDO ALBERTO. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade / Universidade Católica de Brasília, 2010. 139 p. illus. HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente.** 4ª edição. São Paulo, Cortez (Coleção Questões da Nossa Época; v.67), 2000.

LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola.** Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos Educação Básica, n. 4)

MACHADO, N. J. **Cidadania e educação.** 2. ed. São Paulo: Escrituras Ed. 1997.

OLIVEIRA, V. L.B; PEGORARO, O. M. E; KLEIN, T. A. S; MAISTRO, V. I. **Saberes dos professores de Ciências Biológicas e a realidade na prática pedagógica em escolas públicas.** I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia, Ponta Grossa, 2009
PEREIRA, O. **A Pedagogia de Projetos.** Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/302/boltec302d.htm>. Acesso em: 28 fev 2005.

PIRES, M. G. L. Políticas públicas em educação para a juventude no Brasil – o Projovem como modelo de escolarização. **Faculdades Cearenses em Revista**, Fortaleza, v.1, n.1, p. 218-229, jul./dez. 2009

SACRISTÁN, J. G. **Tendências investigativas na formação de professores.** (Transcrição e tradução de José C. Libâneo) Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHÖN, D. **La formación de profesionales reflexivos: hacia un nuevo diseño de La enseñanza y El aprendizaje em las profesiones.** Barcelona: Paidós, 1998.

SLOCZINSKI, H.; ZEVE, C.; POLÔNIA, E.; NITSKE, J.A.; LIMA J.V. **Integração do cd-rom com a internet: ambiente para aprendizagem colaborativa, 2006** Disponível em: <http://lsm.dei.uc.pt/ribie/docfiles/txt200372921858Integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20cd-rom.pdf>. Acesso em: 08 de janeiro 2010.

SALGADO, M. U. C. **Manual do educador: orientações gerais** – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008.